

Alerta entre sindicalistas

GAZETA MERCANTIL

28 JUN 1995

Manutenção da TR é questionada pelas centrais

por Ana Florence
de São Paulo

A livre negociação salarial não assusta as centrais sindicais do País. Mas a probabilidade de o governo promover apenas a desindexação dos salários, mantendo a TR e outros fatores de correção de contratos está provocando um sinal de alerta entre os sindicalistas. Tanto que a Força Sindical, que até então apoiou as ações do governo federal, começa a repensar seu papel.

“Se se confirmar que apenas os salários vão ser desindexados, teremos de sentar, discutir e repensar nossa opinião sobre o governo”, disse o presidente da Força Sindical, Luiz Antonio de Medeiros, que está nos Estados Unidos desde domingo participando de uma conferência de metalúrgicos.

O próprio governo federal já detectou esse sinal de alerta e procurou acalmar os dirigentes sindicais. Ontem, o ministro do Trabalho, Paulo Paiva, respondeu à chamada telefônica do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Paulo Pereira da Silva, que procurava saber mais sobre a Medida Provi-

sória que irá promover a desindexação da economia. “Ele só me falou o que a imprensa já divulgou. O governo não irá mexer no FGTS e o salário mínimo e remuneração dos aposentados vão continuar indexados”, disse o presidente do sindicato dos metalúrgicos.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) – que também apóia a livre negociação salarial – defende uma política salarial transitória. Pela proposta, deveria ocorrer reposições periódicas de acordo com a inflação.

Na realidade, os dirigentes sindicais não querem que só o trabalhador entre com sua parcela de “boa vontade”. Para eles, a medida deveria prever a reposição do IPC-r acumulado para todas as categorias ainda em julho, de 35,29%. Por sua vez, o governo teria de garantir sua não interferência nas negociações. Os sindicalistas não esqueceram que logo no início do Plano Real, as negociações entre montadoras e metalúrgicos para reposição das perdas salariais foram difíceis devido à interferência do governo. Não esqueceram ainda a derrota dos petrolei-

ros que saíram de uma greve de 31 dias sem conseguir reajuste salarial.

Quanto à livre negociação, ela é defendida pelos sindicatos organizados e centrais sindicais que acreditam que a medida só irá fortalecê-los. “A livre negociação eliminará os sindicatos inativos e de carimbo e estimulará fusões sindicais”, prevê o professor de ciências políticas da Unicamp, Leôncio Martins Rodrigues.

Os acordos periódicos no setor privado já vinham sendo feitos pelos sindicatos mais organizados, independentes da política salarial do governo de São Paulo – que têm data-base em setembro – conseguiram durante o ano antecipações acumuladas em torno de 17% em média com o setor privado.

Neste mesmo período os trabalhadores de bancos públicos não conseguiram nenhum reajuste. “Desde setembro, última data-base, o Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal não concederam reajuste salarial para os funcionários”, afirmou o presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Ricardo Berzoni.